



Voz Operária

Jornal do Polo Comunista Luiz Carlos Prestes - ANO 15 - N 20 - Setembro de 2013 - Contribuição: R\$ 2,00



Especial

AS JORNADAS DE JUNHO: Avançar na construção do Bloco Popular

p. 3-9

Encontro Nacional da Juventude Comunista Avançando

p. 10

Greve Nacional Agrária e Popular na Colômbia

p. 11

Repudiar a intervenção militar na Síria e defender a soberania do povo

p. 12

Paramilitarismo no México assassina de lutadores sociais

p. 13

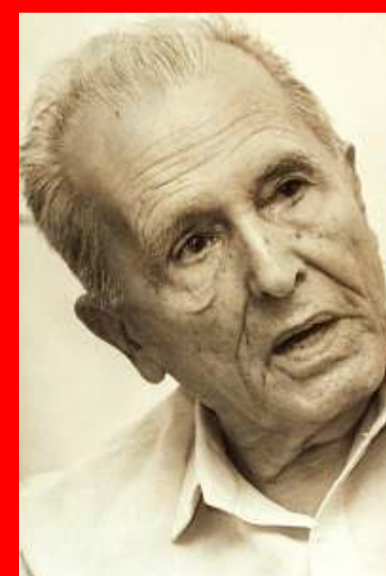


Entrevista exclusiva com o Partido Comunista da Grécia (KKE)

p. 14-16

A mudança do nome para Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

p. 2





A mudança do nome para Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

“Quando (...) um partido está tomando soluções que são confirmadas pela prática, o partido se transforma num ímã, é um elemento de atração. Mas, quando a linha é errada, surgem logo as tendências, para a direita e para a esquerda. E a divisão vai se dando”

Luiz Carlos Prestes, Programa Roda Viva, 1986

No seu 12º Encontro Nacional, que ocorreu esse ano, a Corrente Comunista Luiz Carlos Prestes decidiu pela mudança do nome para Polo Comunista Luiz Carlos Prestes. A organização segue sendo a mesma, quer dizer, seguem sendo os mesmos militantes, a mesma política, a mesma estratégia. Não houve divisões nem rachas em seu interior. No entanto, a mudança não foi gratuita, pois é a expressão e a conclusão de um conjunto de debates.

A Corrente foi fruto da necessidade de manter organizados os “comunistas que se alinhavam às posições revolucionárias de Luiz Carlos Prestes”, que junto com ele romperam com o PCB em defesa da estratégia socialista. Comunistas estes que durante toda a década de 80 militaram junto com Prestes, mesmo com muitas dificuldades organizativas, já que não podiam mais contar com o PCB como esse instrumento, que havia enveredado pelo caminho do oportunismo. A Corrente tem seu primeiro Encontro Nacional em 1990, com a presença de representantes de 17 estados, após a morte de Prestes, e decide por dar continuidade à organização, criando instâncias e desenvolvendo a política elaborada na década anterior.

No entanto, os anos que seguiram foram muito duros para os comunistas de todo o

mundo. Com o fim da URSS e a degeneração de muitos dos partidos comunistas tradicionais, o abandono das posições revolucionárias e a renúncia do marxismo-leninismo se tornaram a tônica mesmo da dita esquerda que vinha ganhando força. No Brasil, não podia ser diferente, e a Corrente acabou expressando a necessidade de manter unido um conjunto de militantes que não se deixaram vergar pelo reformismo. A dispersão também foi grande em nosso meio.

“A mudança de nome representa a abertura de um novo momento organizativo da Corrente.

Afirmamo-nos como um Polo Comunista num momento em que voltamos a crescer, buscando intervir de modo crescente na cena política nacional”

Ao longo dos anos 2000, o refluxo segue, mas a política gestada nos anos do governo PT começa a dar mostras de desgaste e esgotamento. Por consequência, volta a crescer o interesse pelo debate do socialismo, animado por uma conjuntura específica da América Latina. Volta da mesma forma, a crescer o interesse pela esquerda revolucionária e suas organizações políticas.

No ano de 2013, não só mudamos de nome. O Polo se afirma como alternativa para os comunistas revolucionários em nosso país. Aprovamos nossos Estatutos e sistematizamos elementos essenciais de nossa estratégia socialista em um país cortado pelo desenvolvimento

capitalista dependente e uma dominação burguesa autocrática. Em nosso último encontro, aprovamos um *programa mínimo* com vistas a contribuir para guiar a atuação da militância combativa.

Polo é um elemento de atração, concepção muito utilizada por organizações comunistas que se desgarraram do oportunismo de muitos partidos tradicionais. Ao mesmo tempo, reconhece como abertos os caminhos para a construção de um partido revolucionário de novo tipo, que não existe ainda no Brasil, mas para o qual pretendemos contribuir, juntamente com outros revolucionários e organizações as mais diversas. Esse caminho passará pela construção do bloco de forças sociais anti-imperialista, antimonopolista e antilatifundiário que criará as condições para a tomada do poder, abrindo caminho para transformações de caráter socialista.

A mudança de nome representa assim abertura de um novo momento organizativo da Corrente. Afirmamo-nos como um Polo Comunista num momento em que voltamos a crescer, buscando intervir de modo crescente na cena política nacional. Num momento em que a própria conjuntura exige que os comunistas se fortaleçam. Os cavernosos anos de contrarrevolução não foram revertidos, mas a conjuntura demonstra que possibilidades novas podem se abrir nos anos que seguem. O Polo Comunista Luiz Carlos Prestes estará presente nas lutas de hoje e nas que virão, abrindo caminhos e cavando trincheiras para a revolução brasileira!

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes
Direção Nacional ➤





AS JORNADAS DE JUNHO: Avançar na construção do Bloco Popular

“Cego é quem vê só aonde a vista alcança”
Candeia – Filosofia do Samba

As jornadas de protestos de junho levaram milhões às ruas de mais de 400 cidades e quase todas as capitais do Brasil. O movimento se nacionalizou e inclusive se internacionalizou: com atos públicos solidários em pelo menos 30 metrópoles de vários países. As dimensões gigantescas das manifestações e conflitos demonstram não só a imensa insatisfação político-social; mas também a capacidade de luta dos trabalhadores, da juventude e do povo brasileiro. A irrupção de um dos maiores movimentos de protesto da nossa história é a expressão visível de que um novo momento histórico se instaurou no país.

A tensão gerada por profundas contradições sociais, que vinham se acumulando e se tornando cada vez mais agudas, explodiu. O estopim foi os aumentos das tarifas dos transportes coletivos; que deviam ser públicos, mas são explorados (no sentido parasitário da palavra) por “concessionários” formados por cartéis privados, que não prestam contas a ninguém e articulam seus interesses com outros ramos do capital monopolista.

Devia ser óbvio: os imensos protestos que abrem um novo ciclo de lutas populares não foram causados pelo aumento de R\$ 0,20 (vinte centavos de real) das tarifas. O “empirista”, quase cego ou autista, que ficar preso numa “avaliação” tão superficial confunde o elemento detonador com as causas essenciais dos processos históricos. Tal “olhar”, raso e curto, equipara-se aos mais vulgares historiadores tradicionais, que atribuem “a causa” da grande Revolução Francesa ao aumento de alguns centavos nos preços do pão nas padarias de Paris. Não há aí nenhum segredo. Desde as primeiras manifestações na Avenida Paulista os militantes portavam cartazes explícitos: “Não é sobre centavos, é sobre nossos direitos”!

Os problemas mais sentidos da juventude e do povo trabalhador inspiraram uma pauta que começou com os transportes; logo incluiu os serviços de saúde, educação e segurança; e foi se ampliando. Apareceram rapidamente, em turbilhões espontâneos, insatisfações populares que estavam ocultas por uma película de aparente conformismo: prioridades na gestão pública; resistência contra remoções de favelas e comunidades atingidas por empreendimentos ligados a eventos esportivos internacionais; desmilitarização da polícia; violência urbana e rural; etc. Sem falar nas “causas” difundidas por grupos de hackers e pela direita em forma viral. A voz das ruas irrompe na cena histórica. Falta ao movimento: teoria, estratégia, programa consistente e organização. Estes elementos não devem ser desligados.

Após os protestos que assolaram o país no mês de Junho, torna-se fundamental fazer uma leitura correta dos acontecimentos, com vistas a desenvolver no futuro um movimento político e social combativo e organizado, capaz de enfrentar as reais causas que levaram milhões de pessoas às ruas. Com esse objetivo, o Jornal Voz Operária inicia nesse mês de Setembro uma série de artigos com vistas a contribuir para a análise do atual momento histórico.



Entre a “mentalidade” das elites da burguesia e o mundo real das massas sempre houve uma muralha de preconceitos e falta de sensibilidade. Foi assim com os generais e tecnocratas da ditadura; foi assim com FHC e os economistas tucanos, hoje banqueiros. Diante da dimensão das ondas de protesto, o governo atual demonstrou surpresa e perplexidade semelhante à das velhas elites. Os subterrâneos da história não aparecem nas “enquetes” ou nas (más) teorias fragmentárias e formalistas: a aparente “apatia” e “apassivamento” do povo trabalhador e da juventude era um fenômeno de superfície. A combinação da arrogância tecnocrática de transfugas do movimento popular com a fé no “saber” manipulatório (que despreza as contradições sociais concretas) explica a ilusão da cúpula do petismo: julgaram que haviam *logrado, por cooptação, um estável apassivamento das massas*. Entre os ditos “formadores de opinião” generalizou-se uma falsa impressão: com o “espetáculo do crescimento” (a farsa “neodesenvolvimentista”) e a velha fórmula do *pão* (bolsas “compensatórias”) e *arco* (campeonatos FIFA, Olimpíadas), as massas populares aceitariam bovinamente o sacrifício dos seus interesses e direitos nas farras da aliança entre as velhas e novas oligarquias. Todos eles se enganam ao confundir o efetivo apelegamento e capitulação de *setores tradicionais da liderança política* dos trabalhadores e do campo popular com uma “integração” estrutural à ordem (que nunca

ocorreu) da própria classe trabalhadora, da juventude e das massas populares.

Nas últimas décadas, com exceção de alguns momentos, todos os capítulos das lutas do povo brasileiro Brasil levaram a epígrafe: frustração das expectativas do movimento proletário e popular e reciclagem da dominação do bloco conservador. O que vem sucumbindo nas frustrações em cadeia não é o caráter intrinsecamente revolucionário do ser do

“Os acontecimentos de junho em nosso país não são um “raio no céu azul”(…) É consequência de um conjunto de cadeias causais muito reais e concretas que se formaram na “conjuntura nacional” da última década; enraizadas num desenvolvimento histórico que coloca a necessidade de transformações sociais profundas”

proletariado, constituído pela síntese abrangente de todas as suas relações com a totalidade da estrutura antagônica da sociedade dominada pelo capital. O que vem sucumbindo não é a tradição combativa do povo brasileiro, que é valente e lutador: capaz de grandes feitos no enfrentamento dos desafios históricos; sempre que se organiza, eleva seu nível de»



consciência, confia num projeto de transformação social e, sobretudo, quando recupera a confiança em si mesmo. O que vem sucumbindo são as ilusões e a “passividade” do movimento proletário e popular, inculcadas pelas forças da ordem.

Os acontecimentos de junho em nosso país não são um “raio no céu azul”; como acreditam (ou quem fazer crer) as corporações que controlam a grande mídia; e, inclusive, os principais órgãos e *blogs* de apoiadores do governo federal. A explosão de protestos multitudinários é consequência de um conjunto de cadeias causais muito reais e concretas que se formaram na “conjuntura nacional” da última década; enraizadas num desenvolvimento histórico que coloca a necessidade de transformações sociais profundas. Na formação da cena histórica da “erupção” atual se conjugam tendências postas pela evolução mundial “de fora para dentro” dialeticamente articuladas com o desenvolvimento “interno” (e “de dentro para fora”) das complexas estruturas históricas da formação social brasileira. Estes desenvolvimentos históricos ligam, numa interação recíproca específica, o “ultramoderno” e o “arcaico”, nos marcos do que Florestan Fernandes caracterizou pioneiramente como “dupla articulação” do capitalismo dependente (FERNANDES, 1973 e 1975). Não se trata de apenas um descompasso entre o desenvolvimento social e o desenvolvimento econômico. A estrutura econômica desenvolve-se desigualmente, criando continuamente pontos de tensão econômica e social que dissemina um considerável grau de instabilidade à ordem social. A manutenção da ordem, no enfrentamento das tensões sociais decorrentes do capitalismo dependente reforça a necessidade dos “de cima” impor aos “de baixo” um permanente estado policial – estrutura que se modernizou com o golpe de 64 e vem aprimorando e expandindo a sua organização nas últimas três décadas.

“Estamos vivendo o início de uma profunda crise de hegemonia. Não há ameaça de golpe no momento; as propostas de “pacto” e “união nacional” apenas visam desmobilizar as lutas populares. É também irrealista a avaliação de que a crise em curso já aponte para uma situação pré-revolucionária que favoreça a esquerda”

Lula referiu-se à crise atual do capitalismo como algo limitado aos EUA e à Europa: “se ela chegar ao Brasil, vai chegar como marolinha que não dá nem para esquiar” (15/10/2008). Ora, esta crise não é uma mera tempestade cíclica e localizada. Em julho de 2011 afirmamos que a atual recidiva iniciada em 2008 (“conjuntural”) da crise estrutural do capital (iniciada por volta do início dos anos 1970) “ainda está em curso; os EUA pintam papel de verde para amortizar as dívidas do capital financeiro e a Europa vive uma crise de desemprego nunca vista. (...) A crise certamente irá repicar na África, Ásia e América Latina nos próximos dois anos” (CCLCP – *A Necessidade de um Bloco de Forças Sociais Populares e de uma Frente de Esquerda*, agora In: VO 18, nov. 2011: 12-13).

Hoje as contradições entre o sistema econômico dominado pelos monopólios capitalistas e o caótico processo de urbanização brasileiro já formam ondas que não podem ser comparadas com borrascas comuns geradas por ventos de superfície. Estamos vivendo o início de uma profunda crise de hegemonia. Não há ameaça de golpe



Favela da Rocinha (RJ)



Favela Paraisópolis (SP)



Trânsito em São Paulo

no momento; as propostas de “pacto” e “união nacional” apenas visam desmobilizar as lutas populares. É também irrealista a avaliação de que a crise em curso já aponte para uma situação pré-revolucionária que favoreça a esquerda. A questão é que o momento atual não está desligado de uma corrente mais profunda e essencial. O entrelaçamento entre a estrutura antagônica da formação social brasileira e os condicionamentos postos pela época de crise estrutural do domínio do capital na esfera mundial (MÉSZÁROS, 1995 e 2009) contém contradições que tendem a se tornar o epicentro de um tsunami social (Cf. *infra*, cap. VIII “Uma Sociedade Grávida de Revolução Social”). O papel de uma teoria social emancipatória - a partir da necessária pesquisa detalhada das evidências factuais, da descoberta de seus nexos internos e formas de evolução – é expor como se formam estas inter-relações recíprocas, complexas e específicas, de modo a contribuir como força interna do movimento de massas real que luta para superar estas contradições.

Seria uma ilusão esperar um desenvolvimento ascendente rápido e linear. A decadência da dominação burguesa gera uma situação trágica. O domínio do capital perdeu qualquer capacidade civilizatória que pudesse ter no passado. O capital tem uma necessidade cega de expansão apesar e em detrimento dos interesses vitais da humanidade. Na época da sua crise estrutural o capital precisa impor uma dinâmica social regressiva: desemprego estrutural, precarização do trabalho, desastres ecológicos, novas guerras de agressão imperialista; apontando, enfim, rumo à barbárie. No entanto, o grande capital dispõe de enormes recursos para preservar seu poder. Não se pode esperar que uma classe dominante tão rica e poderosa aceite o declínio e o colapso passivamente. No Brasil, se aprofunda a ligação entre dominação externa, semi-exclusão científico-técnica e superexploração do trabalho. Por seu lado, já faz tempo

que o campo liderado pelo PT limitou-se à “pequena política” eleitoreira: mobiliza a população só para votar e “voltar para casa”. Ao invés de buscar o apoio e a participação dos trabalhadores e do povo, organizados e mobilizados em torno de um programa definido de profundas transformações sociais; o PT buscou “estabilizar” seu governo através da capitulação diante das classes dominantes.

O que está em jogo não é a superfície imediatamente aparente dos fatos, que dissimula as contradições sociais; mas os fatos em sua integridade, com suas relações internas dinâmicas e contraditórias. É necessário desnudar as mediações decisivas que constituem a essência íntima dos fatos. A análise da evolução recente das lutas de classe na sociedade brasileira não deve ser desvinculada de suas raízes; formadas a partir das circunstâncias históricas constitutivas da via particular do surgimento e desenvolvimento do capitalismo no Brasil. É por aí que se pode compreender que o fermento social presente no Brasil promete mais para o futuro do que, por hora, podemos encontrar nos países imperialistas. A necessidade de uma transformação social radical é muito mais premente nos países de capitalismo dependente da América Latina do que nos EUA e países dominantes da Europa.

É claro que a reflexão política (e a análise teórica sistemática que deve constituir seu estofado) acerca das Jornadas de Junho está apenas se iniciando. Nem poderia ser diferente. No entanto, faz parte das melhores tradições do marxismo a análise “a quente” da história em processo.

A história nunca está predeterminada, existindo em geral várias opções passíveis de ser adotadas. Os seres humanos fazem sua história; mas suas escolhas não são arbitrarias, nem ocorrem no vazio histórico. Elas são sim condicionadas pela

“Os que se consideram marxistas e revolucionários devem buscar contribuir para organizar as massas insatisfeitas. Estarão condenados à derrota os que persistirem na ilusória aposta em desenvolver no Brasil um ‘capitalismo independente e democrático’”

situação histórica concreta que encontram diante de si; com seus fatos crus, legalidades objetivas e tradições, de modo algum desligados do sentido geral em longo prazo do próprio desenvolvimento histórico da humanidade. Isto vale para os dois polos fundamentais das lutas de classes contemporâneas: o campo do grande capital, com seus aparatos, oligarquias e burocracias, seus “representantes” políticos e ideológicos, etc.; e o campo proletário e popular, com seus movimentos massivos e organizações próprias. Ambos os polos fazem a história!

Analisaremos adiante o “movimento burguês”. Deve-se ter claro, porém, que “partido da ordem” é essencialmente um “rótulo *social*” e não meramente “*político*” [MARX 1852 MEW 8: 140; trad.: 349]. A defesa dos interesses do bloco imperialista-monopolista-latifundiário se dá por fora e por dentro do Estado. A violência do capital se encontra na essência da sociedade civil, que no Brasil se configura como uma ordem autocrática. O Estado capitalista tem funções repressivas e integradoras que se entrelaçam. O “partido da ordem” (com suas frações) busca monopolizar o controle destas duas funções e de uma terceira: a orientação da intervenção econômica do Estado. Trata-se de criar as condições gerais da >>>



produção, reprodução e “legitimação” social da ordem, que não podem ser asseguradas por atividades privadas. Há uma oposição de extrema direita ao lulismo; mas o setor majoritário do campo político conservador que articula o bloco da grande burguesia compõe a base dos governos do PT (incluindo lideranças do quase extinto DEM, como Kassab, Bornhausen e a “ruralista” Katia Abreu). É desconsiderar as contradições reais defender o fantasioso “neodesenvolvimentismo pós-neoliberal” supostamente praticado pelo atual governo federal, contrapondo-o a um também abstrato “neoliberalismo” (na verdade um neoconservadorismo pseudoliberal, pois estamos na época do capitalismo monopolista).

Quanto ao campo proletário e popular, houve certa intensificação das lutas populares e greves. Talvez exista, ainda, um *modesto* crescimento da influência da ação crítica persistente dos militantes e organizações que se identificam politicamente como de *esquerda* (o que hoje significa ligação orgânica com as classes e categorias sociais contrárias à exploração e opressão postas pela dominação do imperialismo e do grande capital). No entanto, as Jornadas de Junho se caracterizam por acentuado grau de espontaneidade, com tudo que isto implica de auspicioso e de perigoso.

É alvissareiro em si, como efetivação de um novo patamar de mobilização de massas. Os setores populares mobilizados expressam ampla e profunda insatisfação com os efeitos da ordem econômico-social estabelecida e sua “democracia restrita de mercado” (constituída nos seus conteúdos essenciais pela dominação do imperialismo e dos monopólios em um país dependente e não pela “livre concorrência”). Ao mesmo tempo, os desdobramentos desta situação crítica são incertos e preocupantes.

Seria irrealista (e, portanto, irresponsável) desconsiderar o baixo nível de organização do movimento proletário e popular no Brasil atual e o nível evidentemente baixo de consciência política (de classe) de grande parte dos manifestantes e da imensa maioria da população (99%, segundo as enquetes) que apoia os protestos, ainda que a partir de interesses e posições contraditórias. É claro que a participação ativa nas lutas políticas é uma excelente escola para a nova geração de militantes. Isto, porém, não deve levar de modo algum a uma atitude autocomplacente, de apologia de um espontaneísmo lasso e frouxo: pelo contrário, só aumenta a responsabilidade dos militantes mais conscientes e das organizações proletárias e populares.

Os que se consideram marxistas e revolucionários devem buscar contribuir para organizar as massas insatisfeitas. Estarão condena-

dos à derrota os que persistirem na ilusória aposta em desenvolver no Brasil um “capitalismo independente e democrático”. Veremos que a única alternativa ao capitalismo monopolista dependente do imperialismo (que se tornou o único tipo de dominação burguesa viável em nosso país) é a oferecida por uma estratégia socialista. A grande questão é como criar os pré-requisitos políticos para viabilizar esta estratégia. Inicialmente é necessário avançar na unificação do movimento popular, construindo uma plataforma de exigências práticas unitárias. Organizando-se os trabalhadores superam a condição de “multidão” e se desenvolvem como classe, unindo em torno de um projeto consequente o bloco das forças populares. Organizados e mobilizados a classe trabalhadora e o povo geram novas lideranças que, com a ajuda dos revolucionários e suas organizações, poderão avançar para o marxismo. Por aí o movimento proletário e popular poderá se constituir em sujeito revolucionário, elaborando um programa e um projeto unitário de transformações sociais, com base na realidade brasileira (e não na abstração).

“Estamos apenas no começo de um novo momento das lutas de classes no Brasil: as contradições e conflitos vão se intensificar num ritmo mais acelerado. Estão colocadas grandes responsabilidades, tarefas concretas e possibilidades objetivas de avanços para o movimento popular”

A importância da consciência social torna-se cada vez maior com o desenvolvimento: das capacidades produtivas humanas (e recuo do tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução da vida), do caráter cada vez mais nitidamente social da produção e reprodução e o “recuo das barreiras naturais [Naturschranke zurück]” [Cf. p. ex. MARX 1867, MEW 23, S. 537; trad. O Capital I/2, p. 109]; e das ligações cada vez intensas entre as sociedades. Ao mesmo tempo, ao contrário do que muitos pensam (ou pelo menos dizem e escrevem), com a intensificação das contradições do capitalismo cresce a importância das ideologias enquanto: “formas de consciência social [gesellschaftliche Bewußtseinsformen] (...) formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas, filosóficas, em resumo, formas ideológicas [ideologischen Formen] pelas quais os homens toma consciência dos conflitos e os resolvem pela luta [ausfechten]” (MARX 1859, MEW 29: 9; trad.: 25).

A formação da consciência social não é instrumento conspirativo, mas expressão de relações sociais dinâmicas. A consciência da grande

burguesia, como força hegemônica conservadora, liga-se à preservação das relações estruturais vigentes que permitem a reprodução de sua dominação de classe. Sua racionalidade é pobre e parcial, pois é irracionalista diante do processo como um todo: reforça e intensifica as contradições da vida alienada. O grande capital articula as funções do Estado e outras instituições-chave segundo políticas tecnocráticas (manipulatórias e/ou coercitivas) que bloqueiam ou retardam a maturação das condições de superação destas contradições. Já a consciência crítico-materialista pode orientar internamente a luta para superar as relações sociais que intensificam a exploração e a opressão. A conjugação de interesse e razão pode se tornar uma poderosa força material: é necessário aprofundar o conhecimento objetivo e racional de tudo o que interessa à luta emancipatória, revitalizar a razão crítica e clarificar interesses.

Estamos apenas no começo de um novo momento das lutas de classes no Brasil: as contradições e conflitos vão se intensificar num ritmo mais acelerado. Estão colocadas grandes responsabilidades, tarefas concretas e possibilidades objetivas de

avanços para o movimento popular: nos desdobramentos desta crise podem ser conquistadas importantes vitórias em prol de seus interesses e fins. No entanto, é evidente o enorme peso que os conservadores e a direita radical estão jogando para controlar e cooptar o movimento. A intensa disputa aberta sobre a “leitura” e a “narrativa” do movimento não é uma pugna diletante ou hermenêutica; mas sim parte importante da luta de classes em torno da orientação real do movimento, assim como do caráter, conteúdo e sentido dos seus desdobramentos históricos. ➤





PARTE I. A irrupção dos protestos populares



*Numa enchente amazônica
Numa explosão atlântica
E a multidão vindo em pânico
E a multidão vindo atônita, ainda
que tarde
O seu despertar....
Chico Buarque – Rosa dos
Ventos*

*“Se você acordou agora, saiba que
a periferia nunca dormiu”
“Já têm brasileiros acordados há
tempos, você que não dava bola”
“Se vocês não nos deixam sonhar,
nós não os deixaremos dormir”
Cartazes nas Jornadas de
Junho.*

Os protestos foram inicialmente organizados pelo MPL (*Movimento Passe Livre*): entidade apartidária, mas não “antipartidária”. O MPL existe a uma década, na prática a partir da *Revolta do Buzu* em 2003, quando cerca de 50 mil pessoas pararam as ruas de *Salvador* por 10 dias. Já havia conquistado várias vitórias. Foi o caso dos rebaixamentos seguidos conquistados nas *Revoltas da Catraca* em *Florianópolis* (2004 e 2005). As marchas de protesto entusiasmaram dezenas de milhares de jovens e trabalhadores (inclusive idosos); foram incorporadas à tradição da *Novembrada* de 1979, em que o povo catarinense desafiou frontalmente a ditadura. Os gritos de vitória foram: “ilha da magia, ela é do povo não é da burguesia!” – “amanhã vai ser maior!” O MPL formou uma federação nacional a partir de uma reunião no *Fórum Social Mundial* de 2005, desenvolveu uma reflexão programática séria sobre a questão abrangente da reforma urbana e o direito à cidade; e vêm buscando alianças com o movimento proletário e popular organizado.

Já foi dito que não se deve confundir a fâsca “detonadora” com os movimentos essenciais, com peso predominante nas interações causais que constituem um processo tão complexo e explosivo de aceleração das lutas de classes. Deve-se ter claro,

no entanto, que há fagulhas que só produzem fumaça e não é qualquer reivindicação que pode ser o estopim.

Na última década o preço médio das passagens de ônibus triplicou. Os trabalhadores das grandes cidades brasileiras gastam cerca de 30% de sua renda (se tomarmos por base o salário mínimo) para “viver” apertados em “latas de sardinha” quatro horas por dia em média, metade do seu “tempo livre”, em conduções (ônibus, vagões e barcas) superlotadas. As tarifas são, de longe, as mais caras entre as grandes metrópoles do mundo. A tarifa em São Paulo corresponde à US\$ 1,50: 80 vezes (8000%) mais cara do que em La Habana, onde as tarifas estão congeladas a mais de meio século e o “preço” (facultativo depósito de minúscula moeda de alumínio) da passagem urbana corresponde a menos de 2 centavos de dólar americano; 10 vezes (1000%) mais caras do que em Buenos Aires, 120% a mais do que em Paris e 50% a mais do que em Tóquio, a mais cara das megalópoles do mundo. No Brasil, o preço do transporte coletivo pode custar mais do que em automóvel privado com quatro passageiros. Além disto, praticamente não há linhas interbairros (ou mesmo conectando lugares no centro e nos bairros); forçando o uso de carros particulares e “taxis”, ou obrigando as pessoas a andar a pé lon-

gas distâncias (o que é muito comum).

As frotas de transporte coletivo estão sucateadas e são inadequadas; feitas com carroceria de caminhão, funcionais para transportar coisas e não pessoas. Houve diminuição da frota (antes já defasada) e espaçamento dos horários. Os percursos muito longos são absurdos para os passageiros, mas lucrativos para os donos dos cartéis: tubarões privados autorizados a explorar este “serviço público”. Aumentou muito a proporção de jovens trabalhadores no conjunto do povo; a imensa maioria mora na periferia, com empregos precários e mal remunerados, extremamente sensíveis a este inferno urbano, que volatiliza seu tempo dividido em ir para o trabalho, escola, lugares de serviços (saúde, etc.) e de convivência com amigos e família, etc., e voltar para casa.

As Jornadas de Junho, marcadas por grande espontaneidade e autonomia, sem apoio de nenhum aparato oficial ou financiamento, foram permeadas por intensa aspiração de protagonismo popular, de tomar para si a responsabilidade de construir seu próprio destino. Trata-se de um movimento majoritariamente jovem – trabalhadores e filhos de trabalhadores, pessoas do povo. Em primeira aproximação esquemática pode-se ►►



dizer que se trata de um proletariado jovem, muito diversificado social e espacialmente: nos centros urbanos uma maioria de trabalhadores informais e de serviços, nos subúrbios uma classe trabalhadora mais formalizada e uma grande “periferia” muito pobre. A participação de burgueses nas manifestações foi ínfima e de pequeno burgueses foi muito minoritária.

Aqui causa grande confusão noção de senso comum *classe média*; ou as definições e classificações vulgares, ligadas a critérios empiristas de estratificação de renda, etc. A revista *VEJA*, por exemplo, tentou caracterizar as *Jornadas de Junho* com um “movimento de classe média” argumentando que “metade” dos participantes das manifestações (quais? quando? onde?) “ganhava ao menos 3500 reais por mês” (Veja 03/07: 58). Se este dado for objetivo (o que deve ser checado e analisado criticamente), o fato de um trabalhador assalariado ganhar mais do que cinco salários mínimos não lhe retira sua condição de proletário se ele for explorado por uma empresa capitalista. Ele pode ser um trabalhador produtivo de mais-valia, ou um “trabalhador improdutivo”; mas neste segundo caso, mesmo que seja um “proletário improdutivo” para o capital global (não integra a massa de trabalho que produz diretamente a mais-valia apropriada pelo capital total) ele pode ser “diretamente produtivo” para o empresário que o explora, pois permite que este se aproprie de parte da mais-valia, por exemplo, sobre forma de lucro comercial (Cf. MARX MEW 25 Das Kapital III Kap. XVII: 292-31-4; Trad. III/1: 213-226). Esta discussão é complexa e polêmica e será retomada, sobre o ângulo das contradições de classes e lutas de classes na formação social brasileira, no capítulo V: *Correntes Profundas, Movimento das Marés e Espumas das Ondas*.

Na imprensa conservadora e mesmo na acadêmica predomina uma naturalização das desigualdades sociais. Ao mesmo tempo em que se fala em “nova classe média” brasileira “incluída na sociedade de consumo” (sic); procura-se despolitizar o debate separando a análise desta suposta “classe média” da dinâmica das lutas de classes e seus fundamentos: a estrutura de relações de produções e o peso predominante da *produção de valor* na estruturação da socialidade (e, portanto, na produção também das classes sociais). A função ideológica do esvaziamento da análise objetiva das classes sociais por parte dos conservadores é clara: o capitalismo atual seria uma sociedade onde não haveria mais classes nem exploração e sim uma “grande classe média” (o que é em si incoerente, pois se ela é “média” significa que há uma superior e uma inferior). A Revista *VEJA* (que citamos devido a sua influência como órgão representativo da direita) elege “o acesso à educação” e à condição de contribuinte para definir a “classe média”, atribuindo ao professor Roberto Romano a seguinte definição:

É a classe que paga impostos e sente que não tem retorno por isto. Que espera conforto e recebe péssimos serviços. E, principalmente, que tem acesso à educação e consegue articular essa insatisfação em um movimento concreto. (*VEJA* 2328 03/07/13: 58).

Na mesma página, *VEJA* aproxima esta “classe média” brasileira (que ela pretende representar) da burguesia revolucionária francesa, “os que não eram nem pobres nem nobres”. Para *VEJA* todos somos burgueses e os que argumentam a favor da propriedade estatal dos serviços públicos são considerados uma espécie de “dinossauro totalitário”.

O mundo real é bem diferente! Há um trabalho acumulado significativo de organizações como o *MPL*, *Movimento dos Trabalhadores Sem Teto*

(*MTST*), *Movimento dos Trabalhadores Desempregados* (*MTD*) *Comitês Populares da Copa*, *Periferia Ativa*, etc. junto com os trabalhadores e classes populares, em torno de suas necessidades vitais. Estes movimentos recusam tutelas externas e o cupulismo dos partidos tradicionais; mas não aceitam as teses pós-modernas, e se identificam como socialistas. É claro que as massas que foram as ruas depois da feroz repressão

“As Jornadas de Junho conquistaram a revogação do aumento das tarifas dos transportes públicos nas principais capitais e o rebaixamento em dezenas de cidades por todo o país; além de colocar o debate sobre a “tarifa zero” e o direito ao transporte público de boa qualidade como uma das prioridades da pauta política nacional. O problema é que a redução das tarifas foi viabilizada mediante isenção fiscal e subsídios, garantindo os lucros dos tubarões privados”

do dia 14/06 são muito mais amplas do que os círculos destes movimentos. Este gigantesco processo de mobilização rompeu a blindagem contra os movimentos populares; construída pela “transição prolongada” desde Sarney, aperfeiçoada pelas oligarquias partidárias depois da queda de Collor em 1992 e consolidada a partir da

domesticação do PT, então o maior partido de oposição (cuja guinada conservadora se intensificou depois da chegada ao governo federal).

As Jornadas de Junho conquistaram a revogação do aumento das tarifas dos transportes públicos nas principais capitais e o rebaixamento em dezenas de cidades por todo o país; além de colocar o debate sobre a “tarifa zero” e o direito ao transporte público de boa qualidade como uma das prioridades da pauta política nacional. O problema é que a redução das tarifas foi viabilizada mediante isenção fiscal e subsídios, garantindo os lucros dos tubarões privados. Para culpar o movimento, autoridades apontam para cortes orçamentários em outras áreas ligadas à direitos sociais. A realidade é que esta importante vitória das ruas tem que ser completada com a conquista de outro aspecto essencial: o pleno e direto controle sobre os transportes públicos coletivos por parte de entes estatais (União, estados ou municípios) articulada com órgãos que viabilizem a soberania popular no planejamento e controle da política urbana. Voltaremos ao tema.

Os protestos forçaram o legislativo federal, em uma só noite (25/06), a derrubar a PEC 37, que retiraria do Ministério Público (MP) das investigações sobre corrupção (e por isto considerada, não sem razão, como a “PEC da impunidade”), a aprovar mais verbas (ainda insuficientes) para saúde e educação, mobilidade urbana e segurança pública. A PEC do Trabalho Escravo (há 11 anos em tramitação e sempre barrada pela bancada “ruralista”) e a PEC 90 que inclui os transportes públicos entre os direitos sociais (§ 6 da CF) foram aprovadas pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) e vão a plenário. O petista Fernando Haddad (FH), prefeito de São Paulo - tentando se recuperar da desmoralização





gerada por sua cumplicidade com a repressão do Governo Estadual de Geraldo Alckmin (PSDB) - cancelou as licitações de contratação de empresas de ônibus (R\$ 45 bilhões) e encaminhou a criação de um Conselho para abrir as planilhas e mostrar os custos do sistema (26/06). Após frustrações em cadeia, milhões de brasileiros se convencem que a partir da mobilização de ruas são possíveis vitórias.

O maior mérito de organizações como o MPL e o MTST foi sua inestimável contribuição militante para dar consistência e consequência à luta abrangente pela reforma estrutural urbana e pelo direito a cidade. As manifestações logo engrossaram com a adesão de inúmeros movimentos populares e lutadores do povo. Estas questões estão objetivamente ligadas à luta por justiça social, melhoria das condições cotidianas do povo trabalhador e por uma vida plena e rica de sentido humano.

Hoje o conjunto da política urbana é subordinado às pressões do capital financeiro em geral, em particular à aliança de ramos muito fortes do capital monopolista: os bancos de financiamento, as transnacionais da indústria automobilística, as grandes empreiteiras e a especulação imobiliária.

“Hoje o conjunto da política urbana é subordinado às pressões do capital financeiro em geral, em particular à aliança de ramos muito fortes do capital monopolista: os bancos de financiamento, as transnacionais da indústria automobilística, as grandes empreiteiras e a especulação imobiliária”

A dominação do capital financeiro sobre a “formação socioespacial” brasileira gerou profunda deformação na evolução do meio técnico-científico-informacional, provocando um tipo de “metropolização” cada vez mais inviável (SANTOS 1993 e Id. et al. 2001). Um aspecto importante deste domínio do capital financeiro é a imposição de uma estrutura urbana baseada no automóvel particular e no “rodoviarismo”, com “avenidas imobiliárias” (MARICATO 2008 e 2011). Desde a época da ditadura o “modelo econômico brasileiro” articula a exportação de produtos primários (agrários e minerais) com um mercado interno irracionalmente baseado em bens de consumo duráveis fabricados por monopólios com controle acionário predominantemente estrangeiro, com a indústria automobilística como carro-chefe.

Estas empresas transnacionais recebem isenção fiscal e subsídios públicos. Só na crise de 2008-2009, os monopólios da indústria automobilística receberam subsídios de R\$ 12,4 bilhões e só investiram no país R\$ 3,6 bilhões [dados da ANTP, 2010]. Além disto, as montadoras das corporações imperialistas são “estimuladas” a instalar fábricas através da doação de terrenos e serviços de infraestrutura por parte dos entes públicos; e ainda pelo crédito facilitado “ao consumidor” (tipo “entrada zero” e pagamento em 90 prestações) para favorecer a realização do capital. Mesmo os trabalhadores mais bem pagos que se endividam para adquirir veículos próprios (“patrimônio” velozmente desvalorizado), assim como as camadas médias tradicionais e a pequena burguesia, ficam *aprisionados no inferno dos congestionamentos urbanos*. Com 80% de nossa população urbana e 50% metropolitana; só quem escapa deste

suplício são os arquimilionários da grande burguesia, com heliporto em seus palácios e “escritórios”. Mais de 1 milhão e 700 mil automóveis foram colocados no último semestre nas ruas das cidades brasileiras. Qualquer pesquisa séria revela que a maioria dos que penam nos engarrafamentos com seus carros usaria o transporte público, se este fosse melhor.

A questão dos transportes públicos é parte do problema maior da ausência de políticas públicas urbanas que atendam às necessidades populares. A urbanização tornou-se um dos principais canais de “absorção do excedente” e de centralização de capital, ao lado dos gastos em armamento; mas com a vantagem de não ser mera produção destrutiva, pois entra no processo de reprodução dos elementos materiais da produção. Por outro lado, em contradição com a privatização-mercantilização do espaço urbano, o direito à cidade diz respeito à diferenciação e ampliação de necessidades reais e do padrão de vida dos trabalhadores, que corresponde a uma elevação do seu nível cultural e de civilização.

Os tecnocratas dos órgãos multilaterais da ONU controlados pelo imperialismo (FMI, Banco Mundial, OMC) elaboraram “sistemas de governança” que buscam “aperfeiçoar” a integração das políticas dos Estados nacionais e as grandes corporações privadas, visando garantir que os projetos governamentais para as cidades atendam eficazmente os interesses do grande capital (conglomerados da burguesia monopolista interna e transnacionais). Nesta linguagem tecnocrática trata-se de “deslocar a intervenção técnico-econômica do *governo* para a *governança*”. As PPPs (“*Parcerias*” com investimento *Público* e lucros *Privados*) e o conjunto da “governança” pela qual os órgãos governamentais (estatais em sentido estrito) patrocinam projetos em conjunto com grandes empresas privadas (por vezes com a mediação de *ONGs*) não têm por objetivo “enfraquecer o Estado”. Trata-se sim de uma estratégia política mais complexa, que visa reforçar modalidades autocráticas de organização e concentração do poder das classes dominantes, ao mesmo tempo em que desorganiza a luta autônoma dos trabalhadores e impede a instauração de um controle democrático popular sobre decisões cruciais.

No Brasil, a pressão dos movimentos populares, articulados principalmente pelo *Fórum Nacional pela Reforma Urbana* (FNUR), conseguiu fazer aprovar em 2001 o *Estatuto das Cidades* (Lei Federal 10.257); que estabelece a necessidade de uma regularização fundiária (subordina a propriedade privada à “função social da cidade” e reconhece os posseiros urbanos) e dá apoio jurídico ao planejamento abrangente e ao pleno controle público dos serviços urbanos. FHC o engavetou, alegando restrições impostas pelos bancos internacionais e o FMI. Em 2003, logo após tomar posse, Lula criou o Ministério das Cidades e prometeu por em prática as “políticas urbanas públicas integradas” defendidas pelo FNUR. O Ministro Olívio Dutra, histórico militante do PT - que quando governador do RS teve a coragem de anular o lesivo acordo do governo anterior (A. Britto) em favor das montadoras da GM e da Ford - formou uma equipe com competentes urbanistas progressistas, inclusive Ermínia Maricato, a primeira Secretária Executiva do MCidades. A partir da Conferência Nacional das Cidades (outubro 2003) o FNUR avançou numa articulação que buscava estabelecer órgãos democráticos de controle popular da política urbana. No entanto, estas políticas nunca saíram do papel: Dutra (e equipe) logo foi substituído por Marcio Fortes e depois A. Ribeiro (ambos do PP, ex-ARENA e PDS da ditadura). O orçamento do

ministério foi restringido e deslocado. Foram abandonadas quaisquer perspectivas de reforma urbana estrutural e planejamento territorial abrangente; estigmatizadas (e reprimidas) todas as reivindicações coletivas orientadas por valores de igualdade social. Em seu lugar, foram privilegiados os projetos faraônicos do grande capital e as intervenções pontuais no espaço urbano que atualizam a “velha política de favor”. Este “neoclientelismo” é turbinado pelas empreiteiras da “máfia do asfalto”; formada por cartéis de corruptores ativos, como o Grupo Scamatti, denunciado pelo Ministério Público (MP) como “um dos grupos mais articulados de desvio de verbas públicas desse país” (Caros Amigos Especial 62, 01/2013: 7). O festival de emendas parlamentares para asfaltar ruas é menos determinado pelo clientelismo tradicional voltado para “agradar eleitores”, do que pelo financiamento empresarial das campanhas eleitorais (uma das grandes fontes da corrupção). Não há solução para o caos urbano se não forem enfrentados os interesses dos tubarões do capital monopolista que impõem a reprodução desta lógica; se não houver uma vigorosa política de prioridade para o transporte coletivo diretamente controlado pelo poder público, inserida numa reforma urbana estrutural abrangente.

No capítulo VII deste escrito - *Direito à Cidade e Reforma Agrária* - analisaremos a íntima ligação entre a estrutura fundiária terrivelmente deformada e injusta no campo e na cidade. Então será abordado o problema da habitação no contexto abrangente do debate sobre a necessidade da Reforma Urbana e Agrária. Aqui adiantamos que o inchaço das metrópoles foi intensificado nas últimas quatro décadas pela chamada “revolução (sic) verde” - baseada na monocultura com incremento intensivo de insumos, maquinário e transgênicos - que expulsou milhões de camponeses “agregados” e provocou a perda da terra familiar por milhões de pequenos proprietários (devido às dívidas com bancos e outras formas de expropriação privada - com o criminoso “recurso” não só à fraude e grilagem, mas também à jagunços e matadores - e ainda “barragens” e outras obras estatais).

Além da inexistência de políticas habitacionais capazes de atender efetivamente a maioria do povo trabalhador (que vive com menos de três salários mínimos de renda); o novo ciclo de privatização do urbano determinado pelo capital financeiro está expulsando massas de milhões de pessoas da “cidade legal”. Intensifica-se a especulação imobiliária e a expropriação empresarial do espaço urbano. Segregação urbana e “ilegalidade” tornaram-se processos estruturantes da produção das cidades brasileiras. Provocou grande indignação popular o violento despejo de 1600 famílias (10 mil moradores) do bairro de Pinheirinho, em São José dos Campos, ordenada em 2012 pelo governo estadual (Alckmin) em benefício do conhecido especulador financeiro Naji Nahas; com centenas de feridos graves, dois mortos e vários “desaparecidos”.

Há tempo era evidente o ranger de dentes das classes populares contra os gastos públicos bilionários voltados para a reforma de estádios, cujas plateias são cada vez mais elitizadas e que serão privatizados. Durante a Copa das Manifestações - como a apelidaram, em algumas cidades, os participantes dos protestos deste Junho efervescente - a luta contra as tentativas de desocupações de favelas e comunidades de Sem-Tetos, alcançou grande ressonância. As remoções violentas haviam se intensificado com os megaeventos, gerando denúncias e lutas organizadas há mais de dois anos, por entidades como o MTST e o Comitê dos Atingidos pela Copa (Copac). Rio de Ja-»



neiro e Belo Horizonte concentram casos emblemáticos: as lutas de resistência contra remoção compulsória e por regularização fundiária das comunidades de moradores da *ocupação Dandara* (mais de mil famílias de Sem-Tetos, cuja ameaça de despejo se intensificou por estarem em áreas de obras para a Copa), da *Vila Viva* (também ameaçada por “programas de urbanização”) e *Vila Acaba Mundo* (que sofre ação de monopólios da mineração e da especulação imobiliária) em BH; e os conflitos que envolvem o “PAC-favelas” e a construção de muros em volta das favelas no RJ.

É importante uma breve exposição de conjunto das fases de evolução dos protestos nas principais cidades; inclusive para compreender as respostas dos governos e a reação oportunista da direita radical.

As manifestações contra o reajuste das tarifas ocorreram em diferentes capitais e metrópoles, sempre com a pressão do estado policial que busca interditar qualquer manifestação dos de baixo. Neste ano, no dia 29 de maio, o noticiário nacional deu destaque a manifestação e consequente repressão policial dos protestos em Goiânia. Naquela capital o mês de maio foi marcado por vários atos e manifestações.

No dia 6 de junho, em São Paulo, havia cerca de 2000 manifestantes no protesto convocado pelo MPL da Avenida paulista; e na manifestação do dia seguinte, mais animada, algo em torno de 7000 mil. Os primeiros Atos já foram reprimidos com bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha; mas de modo relativamente “moderado” tendo em vista a triste “tradição” truculenta da PM paulista. Os manifestantes não recuavam e sempre reorganizavam as marchas, levantando barricadas com pneus e lixeiras incendiadas. A grande imprensa estigmatizou uníssona: “vândalos!”. Em outras cidades – RJ, BH, etc. – as manifestações também eram ainda pouco numerosas.

Ficou nítido o pacto conservador existente entre os principais partidos do País: as diferenças entre eles são reais, mas menores do que seu antagonismo com o povo nas ruas.

Os protestos se estendem para várias cidades - Natal, Porto Alegre, Teresina, Maceió, Sorocaba - já ampliando as reivindicações (principalmente saúde e educação). Já na Terceira Manifestação paulistana (11 de junho), o governador Alckmin - conhecido como “picolé de chuchu” devido ao seu “carisma”, ligado à organização reacionária católica *Opus Dei* - parte para a criminalização aberta do movimento: ordena repressão com “tolerância zero” e acusa os manifestantes de “vândalos” ligados à “esquerda xiita”. Foi apoiado de Paris, onde estavam negociando megaeventos para SP, pelo prefeito da capital, o petista FH. O tecnocrata do PT, que só foi eleito devido ao “voto no menos pior” contra Serra, passou da arrogância das primeiras semanas – “estou disposto a sentar para negociar, mas não abro mão do aumento” – para o apoio explícito à repressão contra o povo trabalhador e a juventude. Outros governantes assumiram posição idêntica e mandam “baixar o sarrafo”: a dupla formada pelo governador Sérgio Cabral e o prefeito Eduardo Paes (ambos do PMDB) no RJ; Anastasia (governador, PSDB) e Márcio Lacerda (prefeito, PSB) em MG, que hoje tem a PM mais violenta do país. No dia 20 em Porto Alegre o governador Tarso Genro, tido como “progressista”, ordenou uma violentíssima repressão à manifestação até então pacífica, atendendo apelos do Grupo RBS (maior monopólio de Mídia do sul do Brasil, filiada à Rede Globo). O Ministro da Justiça José Eduardo Cardoso ofereceu o apoio da Força Nacional de Segurança (FNS).

Ficou nítido o pacto conservador existente entre os principais partidos do País: as diferenças entre eles são reais, mas menores do que seu antagonismo com o povo nas ruas. No Quarto Protesto paulista (dia 13) cerca de 30 mil pessoas que se manifestavam foram atacadas



Governador Geraldo Alckmin (PSDB) e prefeito Fernando Haddad (PT) anunciam a redução da tarifa de ônibus e metrô em São Paulo

com uma truculência que não se via desde a época da ditadura. A partir do “sinal verde” das autoridades – que se levassem a sério a legalidade democrática deveriam conter (e punir) o agente de estado que viole a liberdade de manifestação - o aparato repressivo adota táticas de guerra: um efetivo de cerca de mil homens, helicópteros, blindados, cavalaria, tropas de choque, Rota e força tática. A “formação em parede” (que visa “aniquilar o inimigo”) foi usada no lugar da “formação em cunha” (que visa dispersão). Na retaguarda, policiais quebravam e incendiavam viaturas da própria PM, tipo alibi para “reação armada” (usada para alegar “legítima defesa”, diante de suas vítimas da periferia, mortas com tiro na nuca). Apoiados por P2 (secretas a paisana), *skinheads* e grupos fascistas (integralistas e outros) criavam cenários para justificar o terror que eles próprios semeavam nas ruas. Houve 325 prisões e mais de 100 feridos graves, inclusive jornalistas da grande imprensa. Diante da indignação popular, a direção nacional do PT e Lula passam a pressionar Haddad para revogar o aumento, temendo a nacionalização do movimento. Alckmin e FH, lado a lado, anunciam que as passagens de trens, metrô (estaduais) e ônibus (municipais) “voltarão à tarifa anterior”. *Tarde demais!*

Num terceiro momento, as manifestações cresceram rapidamente e se generalizam nas principais cidades do país (12 capitais) a partir de 17 de junho, quando mais de um milhão de pessoas foram às ruas simultaneamente. Após o revês político e moral do dia 13, a repressão em Sampa recuou. As 150 mil pessoas que percorreram a capital paulista no Quinto Ato gritavam: “*que coincidência, sem a polícia não tem violência!*” No Rio uma multidão de 200 mil pessoas ocupou o pacificamente Centro da cidade; ao final do Ato um minúsculo grupo atacou o prédio da ALERJ entrando em violento confronto com a PM. A arrogância das “autoridades” (no início afirmaram ser “impossível” baixar as tarifas) e a violenta e generalizada repressão da PM contra a liberdade de manifestação (recheada de episódios torpes e covardes), encontraram uma resposta popular vigorosa. O repúdio indignado da imensa maioria do povo brasileiro e a multiplicação exponencial da participação das massas urbanas nas manifestações: Fortaleza 70 mil, BH 50 mil, Brasília 30 mil (5 mil ocuparam a laje do Congresso Nacional). No dia 20 de junho o movimento atinge o ápice, com mais de 2 milhões de manifestantes em um só dia: um milhão só no

RJ, mais de 100 mil em várias capitais, espalhando-se para centenas de cidades brasileiras, com a repressão em recuo. Trata-se de algo que ultrapassa a capacidade de representação gráfico-analítica comum: um fenômeno que só poderia ser representado graficamente em escala logarítmica. O movimento cresceu em quinze dias mais de 100.000%.

Deve-se notar a seletividade de classe da repressão. No dia 24/06, após reprimir uma manifestação na Zona Norte do Rio (Bonsucesso), alegando a existência de um “arrastão” durante o Ato, a PM (com o BOPE) invadiu o Complexo da Maré numa operação que resultou na morte de pelo menos 13 pessoas. O protesto dos moradores no dia seguinte foi impedido de chegar ao asfalto por um enorme contingente policial. O *Movimento Periferia Ativa* chamou protestos em São Paulo, em que além de “tarifa zero” reivindicava a desmilitarização da PM. Os cartazes alertavam: “*Na favela as balas são de verdade*” - “*A polícia que reprime na avenida é a mesma que mata na favela*” - “*Dilma fica esperta: não dá para incluir a PM da ditadura na 'base aliada'*”.

O velho expediente de infiltrar provocadores misturados à massa foi usado para “justificar” a retomada da repressão (às vezes ainda mais violenta do que em SP no dia 13) principalmente nos dias de jogos; com o uso de “caveirões” (no RJ), para “limpar a área” segundo expressão dos próprios comandantes da PM. Durante toda a “Copa das Manifestações” os protestos continuam crescendo em algumas cidades; como BH, que realizou seus maiores protestos nos dias 22 e 26 de junho (calculados em 300 mil e 200 mil manifestantes). Em ambos ocorreram os mais violentos confrontos entre a repressão (PM e FNS) e os manifestantes; dois jovens trabalhadores morreram após cair de um viaduto quando fugiam da polícia.

O cerceamento do direito a livre manifestação popular vem de longe e nunca deixou de existir no Brasil; também não é novidade a brutalidade policial militarizada contra protestos populares. A massiva resposta popular é que mostra a viragem na situação histórica. ➤



Encontro Nacional definirá os rumos da atuação da Juventude para os próximos 2 anos

Em um processo de elaboração e debates, a JCA pretende aprofundar sua inserção entre os jovens e contribuir na luta por direitos sociais e por outra sociedade

Esse é o ano de realização do 7º Encontro Nacional da Juventude Comunista Avanzando (ENJCA) e há alguns meses já se está em processo de elaboração de política, dos temas fundamentais para os debates. Ele será o momento de definição das principais linhas de atuação da Juventude para o próximo período.

A JCA é a Juventude do Polo Comunista Luiz Carlos Prestes (PCLCP). Uma Juventude que se alinha às posições estratégicas e concepções políticas do Polo, mas que possui autonomia nas instâncias e definição de sua prática política cotidiana. A autonomia é fundamental no desenvolvimento de sujeitos críticos e criativos, capazes de caminhar com suas próprias pernas e assumir a responsabilidade perante seus próprios atos. Daí a conhecida frase de Che Guevara “a juventude tem de criar. Uma Juventude que não cria é, realmente, uma anomalia”.

Esse Encontro Nacional se realizará em um momento fundamental da conjuntura do país. Os protestos de Junho demonstraram que há muito trabalho de organização para fazer. A grande maioria dos que foram para as ruas eram jovens, filhos de trabalhadores, estudantes, gente do povo, almejando mudanças democráticas. No entanto, espontaneísmo e desorganização reinou no movimento, e as pautas de reivindicação ficaram um tanto difusas.

É necessário dar corpo organizado e objetividade às manifestações que virão. E certamente elas virão. A luta social provém das próprias formas de opressão e exploração do sistema. E os jovens sempre foram uma camada da sociedade com participação fundamental em todos os grandes processos de transformação, em todas as grandes revoluções. Isso ocorre por ser uma camada social explosiva, a qual está colocada à condição de ser aquela que mais sofre com as mazelas do capitalismo. A juventude acaba não só sendo atingida pela mesma estrutura perversa de exploração do trabalho a nível mundial, como se torna a ponta de lança das movimentações do capital. Assim, se tomarmos os dados do IBGE, veremos que o desemprego entre os jovens é em geral 3 vezes maior do que entre os adultos. Entre os jovens de 18 a 24 anos nas regiões metropolitanas das grandes cidades a situação se agrava: a taxa de desocupação chega a 20,5% em SP, 32,2% em Recife, 32,1% em Salvador, 19,2% em Fortaleza, 24,7% no Distrito Federal (DIEESE 2010). O salário dos jovens no comércio corresponde em geral a menos de 70%

daqueles auferidos pelos não jovens (25 anos ou mais), assim como a permanência no posto de trabalho também é inferior (DIEESE), o que expressa também a maior precarização do trabalho. Cerca de metade dos jovens no país entre 18 e 24 anos já não estudam mais (IBGE). Na questão da violência, nos homicídios, por exemplo, vemos que em 2008 enquanto entre os não jovens a taxa era de 20,5 entre cada 100 mil habitantes, entre os jovens ela subia para 52,9, taxa essa que só subiu nos últimos 30 anos (Secretaria de Juventude do Governo Federal). O número de suicídios também é maior entre os jovens (5,1 para cada 100 mil). São os jovens os que mais consomem medicamentos anti-depressivos. Ou seja, são aqueles que mais sofrem, que passam por grandes mudanças e crises. Mas sofrendo as contingências globais da vida sob o capital, são também os que massivamente ingressam na classe trabalhadora, a classe portadora de uma nova sociedade sem exploração. À maioria dos jovens está colocada a constante proletarização, seja ele estudante hoje ou não.

Essa é a raiz da grande revolta que faz do jovem um “rebelde”. E essa energia não está aí para ser reprimida, mas sim para ser canalizada contra a ordem que gera a sua própria opressão, ou seja, a luta contra o capitalismo e pelo socialismo. É na luta por uma nova ordem social que está a saída construtiva para essa revolta.

É vivendo no cotidiano dos jovens trabalhadores, estudantes secundaristas e universitários, dos movimentos populares das mais diversas matizes, que a JCA vem crescendo e se temperando nas lutas. Por isso, esse ENJCA carrega o sentido da necessidade de consolidação da organização em cada local, o que por sua vez está ligado à capacidade de aproximar e trazer novos jovens às suas fileiras, bem como intervir na dinâmica do movimento de massas de modo significativo, organizando os jovens na luta por seus direitos. A nacionalização do debate de universidade popular, formulação e atuação junto aos jovens trabalhadores, intervenção no movimento estudantil em várias universidades, em espaços nacionais do movimento secundarista, presença e solidariedade à luta dos trabalhadores de diversas categorias, são ações que fazem parte do processo de construção da Juventude Comunista.

A tradição de luta do povo brasileiro é muito grande. E a história dos revolucionários acompanha cada um desses momentos. Nossa organização está

ligada a toda trajetória dos comunistas no Brasil. Somos fruto de um episódio emblemático desse processo, o rompimento de Luiz Carlos Prestes com o PCB em 1980, após ter sido secretário geral desse partido por 37 anos. Criam-se na época os “comitês em defesa do PCB ligados às posições revolucionárias de Luiz Carlos Prestes”, que já fora do Partido viram os “Comunistas que se alinham às posições revolucionárias de Luiz Carlos Prestes”, os quais, finalmente em 1990, organizam formalmente a Corrente Comunista Luiz Carlos Prestes (CCLCP) em seu primeiro Encontro Nacional. Em Abril, desse ano, a CCLCP passa a se chamar Polo Comunista Luiz Carlos Prestes (PCLCP) como expressão de avanços organizativos. Eram na maioria jovens em 1980, que alimentavam a esperança na construção de uma nova organização revolucionária, revitalizando a teoria marxista-leninista, adequando-a à realidade brasileira e à estratégia socialista. Se a organização revolucionária é condição para a formulação da estratégia correta, também é fato que a readequação da estratégia – como feito por Prestes nos últimos anos de vida e militância – leva tempo até ser plenamente assimilada pela organização e mesmo pela esquerda, em toda a sua estrutura e dinâmica.

Enquanto coletivo de jovens organizados surgimos na década de 1980, no entanto, ainda como uma tendência estudantil e não como uma juventude marxista-leninista propriamente dita. É em 1999 que a JCA é criada a partir da deliberação da então CCLCP, a ela vinculada ideológica e programaticamente, com caráter de juventude comunista, autônoma, e escola de formação de quadros para a revolução brasileira. No marco do seu 7º Encontro Nacional, a JCA completa 14 anos de história e contribuição para a luta revolucionária.

A vitalidade da JCA se fortalece e desenvolve na práxis cotidiana, aliando a teoria revolucionária com a ação prática pelos interesses do povo brasileiro. A organização está em constante movimento, se renovando e superando seus desafios e limitações nutrindo-se da história de resistência construída pelos comunistas e da certeza da estratégia socialista como única alternativa viável à barbárie do sistema do capital.

No contexto de crise estrutural e de seu novo repique cíclico experimentado desde 2008 torna-se urgente o fortalecimento da organização dos jovens comunistas. O capitalismo tem dado mostras crescentes de senilidade, de velhice, se tornando progressivamente incapaz de se recuperar das crises cíclicas e passa a experimentar a situação de cada vez menor crescimento, tendendo a uma depressão contínua e rastejante. Mas como sempre frisamos, ele não cairá por conta própria, é necessária a elevação do nível de consciência das massas e sua organização transformando a possibilidade de outro sistema social em algo efetivamente viável. A JCA tem dado passos importantes e fundamentais nessa construção, mas, como qualquer juventude, tem ainda muito que aprender para seguir sua tarefa com firmeza e vitalidade.

Direção Nacional
Setembro de 2013 ➤



Plenária do 5º (a esquerda) e do 6º Encontro Nacional da JCA (a direita), que ocorreram em 2009 e 2011.



O Estado Colombiano é o verdadeiro entrave para a paz

Greve nacional agrária e popular mobiliza todo o país. Presidente Santos diz querer paz na Colômbia mas reprime movimento popular

Nos últimos anos o povo colombiano, homens e mulheres, trabalhadores do campo e da cidade, estudantes, indígenas, afrodescendentes, organizados nas mais diversas formas vêm construindo um processo de confluência e unidade programática que se resume na bandeira de “paz com justiça social”, de onde surge o movimento Marcha Patriótica. A solidariedade internacional e a pressão popular venceram o discurso vazio do Estado colombiano, que insistia em não dialogar com as guerrilhas, acusando-as de terroristas, e em seguir com a tese que fracassa a mais de 50 anos, de que as guerrilhas serão derrotadas pela força das armas.

Depois que o justo clamor do povo colombiano ecoou por todo país, o governo de Juan Manoel Santos finalmente cedeu e iniciaram-se os diálogos de paz em Havana. Os representantes do Estado insistiam em tratar os diálogos como processo de rendição e submissão das guerrilhas, enquanto as FARC-EP, desde sua primeira intervenção pública, defenderam que o destino da Colômbia não deve ser acordado entre as forças armadas em conflito, mas pela vontade do povo colombiano, reivindicando que as organizações populares tomassem lugar nas mesas de negociação. Os debates seguiram, o veto do Estado impediu que as organizações populares tivessem lugar nas negociações, mas o povo assumiu seu posto como protagonista nas ruas, engrossando as fileiras da Marcha Patriótica em protestos com centenas de milhares de pessoas.

O governo e as FARC acordaram formas de conduzir os debates, abordando-os em 5 pontos, sem tempo definido, com retomada posterior dos debates num único bloco e, finalmente, estabelecimento de uma forma de consulta popular acerca dos acordos e divergências do processo de paz.

Ao longo do processo ficam cada vez mais claras as incoerências no discurso do Estado, foram anos recusando diálogo com as guerrilhas e quando ele finalmente acontece o governo toma a postura acertada de sentar com as FARC, que antes classificava de “terrorista”, mas se recusa a dialogar com os movimentos populares. A inflexibilidade do Estado ficou evidente quando houve a recusa do cessar fogo proposto pelas FARC e as guerrilhas fizeram-no de forma unilateral durante o período de celebração das festividades de final de ano.

O discurso de paz do Estado revela-se cada vez mais vazio e as bases da sociedade colombiana afirmam que a paz depende do enfrentamento das questões que geraram o conflito armado e que se mantêm profundas. A violência no campo que assassina e expulsa indígenas e camponeses de suas terras, entregando ao latifúndio e ao capital internacional, além do solo rico, petróleo, carvão, pedras preciosas e outros recursos naturais, a privatização de serviços públicos como educação e saúde, o modelo econômico

que fortalece a dependência e o atraso, a falta de democracia, o assassinato cotidiano de estudantes, sindicalistas, camponeses. Esses são os entraves da paz, em torno desses pontos o povo se lançou à luta para escrever a agenda das negociações desde as ruas e campos da Colômbia.

Depois de quase um ano de diálogo, mesmo sem chegar-se a um consenso, foi vencido em Havana o primeiro ponto, que trata da questão da terra e os camponeses organizaram grandes paralisações para cobrar a concretização de medidas e promessas feitas por Santos antes mesmo dos diálogos de paz. A principal reivindicação era a efetivação das Zonas de Reserva Campesinas, territórios voltados à agricultura familiar, já reconhecida pelo Estado. A resposta do governo foi a repressão policial, que resultou na morte de vários camponeses na região de Catatumbo.

“O Estado recusou novamente o caminho do diálogo e decretou toque de recolher no dia 30 de Agosto, ameaçando os manifestantes em rede nacional com o anúncio de que 50 mil homens das forças armadas farão trabalho ostensivo nas ruas das principais cidades do país, além do anúncio de que recompensas de mais de 5 mil dólares serão dadas a quem identificar lideranças do movimento”

A violência contra os protestos pacíficos dos camponeses gerou grande revolta e uma paralisação nacional que completa já 16 dias. Por todo país o povo toma as ruas e rodovias em solidariedade à luta camponesa, pela libertação das lideranças presas injustamente e pela abertura de diálogo.

O Estado recusou novamente o caminho do diálogo e decretou toque de recolher no dia 30 de Agosto, ameaçando os manifestantes em rede nacional com o anúncio de que 50 mil homens das forças armadas farão trabalho ostensivo nas ruas das principais cidades do país, além do anúncio de que recompensas de mais de 5 mil dólares serão dadas a quem identificar lideranças do movimento. Os números são quase inacreditáveis, mas fazem parte da absurda política de guerra que garantiram à Colômbia o quarto lugar no ranking dos países que mais gastam com forças militares, com um investimento de 19,4% do orçamento da união, maior até do que o gasto dos EUA.

Os movimentos populares também ocupam as ruas porque lhes foi negado o direito de tomar parte diretamente nos diálogos de Havana, e a postura do Estado é completamente violenta, porque tenta excluir os movimentos sociais das mesas de diálogo de paz e ao mesmo tempo reprime militarmente as manifestações nas ruas da Colômbia.

As verdadeiras intenções do Estado foram finalmente reveladas, Santos manobra para usar os diálogos de Havana como barganha para a próxima eleição presidencial e propôs um referendo para o mesmo dia das eleições de 2014, onde o povo responderá “sim ou não” a medidas unilaterais do governo sobre o processo de paz, passando por cima das reivindicações das organizações populares e, ao mesmo tempo, dos acordos que vinha firmando com as guerrilhas em Havana.

A solidariedade internacional é fundamental para evitar que não se repitam os massacres que mancham a história da Colômbia com sangue de inocentes.

Todo apoio ao Paro Nacional!

Todo apoio à luta camponesa!

Todo apoio a Marcha Patriótica! ➤





Repudiar a intervenção militar na Síria e defender a soberania do povo

A maioria da população dos EUA se opõe à investida militar encabeçada por Barack Obama

O mundo está atento às declarações do governo estadunidense acerca da intervenção militar na Síria nas últimas semanas, que leva a justificativa de que o governo deste país atacou seu próprio povo com armas químicas. Na última semana, a Organização das Nações Unidas – ONU esteve no país fazendo pesquisas acerca da veracidade desses fatos.

É importante salientar que a Síria é um dos países do Oriente Médio que não se alinha aos EUA e em muitos momentos se coloca contra a sua política aplicada na região. Mas o processo de isolamento e as tentativas de subjugar a Síria por parte dos EUA não são recentes. Em 2012, no interior das reuniões da ONU as sanções apresentadas contra o governo Sírio de Bashar Al Assad foram vetadas três vezes em 9 meses pela Rússia e pela China. Segundo documentos divulgados pela Wikileaks, os EUA tem objetivo de derrubar Assad desde 2006.

Baseado na estratégia militar dos Estados Unidos no Oriente Médio, buscando submeter os países aos seus ditames, a intervenção militar dos EUA tem como objetivo central a manutenção da sua hegemonia imperialista na região, garantindo sua influência e direção política dos países que não são seus “aliados” e o saqueio de riquezas naturais, como foi caso da intervenção militar no Iraque, no Afeganistão e a ofensiva contra a Líbia que culminou com o assassinato de Muamar Kadafi.

Os gastos militares dos EUA lideram a lista dos gastos públicos do Governo Obama, sendo que somente nos anos de 2011 e 2012 se registrou um total de 682 bilhões de dólares. Os EUA são responsáveis por 39% dos gastos militares de todo o globo. Através da política chamada “antiterrorista” e a doutrina de “segurança nacional” o governo dos EUA tem, desde 2001, justificado invasões e guerras contra países e seus povos. Em 2001, houve a invasão do Afeganistão pelos EUA, de 2003 a 2011 a Guerra contra o Iraque, em 2006 a guerra contra o Líbano e a Palestina encabeçada por Israel com apoio dos EUA, de 2008 a 2009 mais uma guerra contra a Palestina dirigida por Israel e apoiada pelos EUA e em

2011 a guerra contra a Líbia encabeçada pela OTAN. Em todas essas situações de guerras criadas pelos EUA, os países seguem sem solução militar para os conflitos, num constante agravamento e sofrimento para os povos daqueles países.

A tática do império se repete: em 2003 sob a acusação de possuir armas de destruição em massa, o Iraque foi atacado sem a aprovação da ONU pelo então presidente Bush. Hoje, já foi comprovado que as provas apresentadas pelos EUA à invasão eram falsas e que o que estava por trás da intervenção era a busca

“em 2003 sob a acusação de possuir armas de destruição em massa, o Iraque foi atacado sem a aprovação da ONU pelo então presidente Bush. Hoje, já foi comprovado que as provas apresentadas pelos EUA à invasão eram falsas”

pela expansão territorial, o saqueamento de recursos naturais, que no caso do Iraque era a abundância de petróleo, e a submissão do país à política imperialista. Pesquisas dizem que 60% da população dos EUA é contra a intervenção militar, segundo o jornal *Washington Post*. Na França, que também tem participado dos diálogos para a formação da coalizão militar contra a Síria, segundo o jornal *Aujourd'hui en France-Le Parisien*, 64% dos entrevistados são contra a agressão (pesquisas realizadas no início de Setembro).

Dessa vez a história se repete como farsa, os EUA antes de declarar que irão invadir a Síria estavam financiando o exército livre sírio com armamentos e munições, buscando destabilizar o país desde dentro. Nada fora do comum para as táticas truculentas do império. No entanto, os EUA não tiveram o sucesso desejado na Síria e declararam que estavam retirando seu apoio. Dia 21 de Agosto, após um ataque com armas químicas efetuado na Síria, o governo de Obama declara que irá invadir o país sob a suposta acusação de que o presidente do país teria atacado os civis. É claro que os EUA necessitavam de um bode expiatório para buscar um consenso dos países do globo para a invasão, e nada melhor do que causar sofrimento em inocentes para despertar a ira coletiva.



Bombardeio em Damasco (acima), capital da Síria, e mortos do ataque com armas químicas (abaixo).



Não é de se duvidar nem por um segundo que esse ato violento contra a população Síria tenha sido feito a mando dos EUA ou por seus próprios agentes no país.

A investida dos EUA no Oriente Médio tem o claro objetivo de chegar ao Irã, principal pedra no sapato do imperialismo para deter o completo controle sobre a região.

O momento histórico em que vivemos é complexo e demanda muita reflexão e ação, é necessário tomar a essência dos fatos e analisar concretamente a realidade. A verdade é que este caduco sistema em que nos encontramos é irracional e tem como máxima a expansão e a acumulação de capital. O papel cumprido pelos

EUA, de nação imperialista, buscando colonizar, usurpar, invadir países é próprio de uma fase de desenvolvimento do capitalismo monopolista e da crise estrutural deste mesmo sistema que encontra na guerra uma forma de elevar em médio prazo a taxa de lucro, uma saída, portanto, de sobrevivência para o capital embora demasiadamente torpe para a humanidade.

Solidarizamo-nos profundamente com o povo Sírio e seguimos na luta contra o império genocida dos Estados Unidos.

Fazemos coro com o Partido Comunista Sírio: A Síria não se ajoelhará! Todo poder ao povo Sírio!





Paramilitarismo no México é responsável pelo assassinato de lutadores sociais



No dia 5 de Agosto foram encontrados os corpos de Raymundo Velázquez Flores, secretário geral de Partido Comunista do México (PCM) no estado de Guerrero, Samuel Vargas Ramírez, integrante do Comitê Regional do PCM e de Miguel Solano, todos eles dirigentes da Liga Agrária Revolucionária do Sul Emiliano Zapata (Larsez). Os corpos tinham marcas de balas e tortura. No estado de Guerrero, onde ocorreram os assassinatos, não há garantias para a ação política dos comunistas, revolucionários e lutadores sociais.

O PCM diz que a ação foi feita por um grupo paramilitar que opera na Costa Grande de Guerrero com total impunidade e proteção do governo estatal de Ángel Aguirre Rivero do PRD (Partido da Revolução Democrática) e federal de Enrique Peña Nieto do PRI (Partido Revolucionário Institucional).

O paramilitarismo é um fenômeno real naquele país. Os paramilitares são um corpo assessorado, financiado e treinado pelo Estado Mexicano. Estes grupos armados se encarregam de dar cabo nos atos mais aberrantes (sequestros, assassinatos, torturas, etc) contra os lutadores sociais e a população em geral. Estes grupos atuam sempre fora dos marcos da legalidade burguesa, e, no entanto, são protegidos por essa mesma legalidade. Formam parte dos mecanismos de repressão do Estado, mas sem

submeter-se aos formalismos jurídico-legais.

O paramilitarismo é parte de uma estratégia que tem objetivo de criar terror, desmobilizar e imobilizar as organizações, mas, sobretudo, acabar com a vontade do povo de seguir lutando: romper os vínculos dos revolucionários com a classe trabalhadora e o conjunto dos explorados e oprimidos.

Os grupos financeiros, latifundiários e os monopólios nacionais e estrangeiros contratam mercenários da morte para “limpar zonas” com a finalidade de despojar as comunidades de seus territórios, ricos em recursos naturais, para a exploração de matérias primas.

Como está documentado em vários programas contra-insurgentes derivados do Plano Mérida – acordo de cooperação feito entre o governo mexicano e estadunidense com a justificativa de combate ao narcotráfico –, o Exército executa planos de assessoramento dos grupos paramilitares que estão relacionados com o narcotráfico. De acordo com os planos de assessoramento, o Exército adentra e apoia essas organizações paramilitares.

Neste assessoramento participam os governos federal, estatal e municipal. No caso de não existirem, estas forças paramilitares são criadas pelo próprio Estado.

Quando uma comunidade decide se armar para se defender das extorsões, sequestros e o constrangimento dos grupos paramilitares, o Estado mexicano imediatamente busca desarmar os povos. Também com o

“Estes grupos atuam sempre fora dos marcos da legalidade burguesa, e, no entanto, são protegidos por essa mesma legalidade. Formam parte dos mecanismos de repressão do Estado, mas sem submeter-se aos formalismos jurídico-legais”

objetivo de evitar a revolta popular, foi criado o “Pacto pelo México”. Trata-se de um programa de assistencialismo social denominada “A cruzada contra a fome”, que não só busca cooptar as organizações sociais, como também aniquilar literalmente aquelas que não se subordinam a sua política, com um lado claramente contra-insurgente.

O estado de Guerrero segue sendo um dos estados do México com maior número de desaparecidos forçados, com casos de tortura e assassinatos de lutadores sociais desde os anos 60 e 70, em pleno auge das guerrilhas de Lucio Cabañas e Genaro Vázquez. Na atual administração, somam-se 5 assassinatos de lutadores sociais, sem que até o

momento seja dado nenhum esclarecimento destes crimes de Estado. No caso particular de Guerrero não só é claro que a socialdemocracia do PRD esta ligada à máfia criminal e assassina, como também promove sua criação para desfazer e isolar projetos como a Coordenadora Regional de Autoridades Comunitárias – Polícia Comunitária.

Diante da situação, tem-se organizado grupos de autodefesa, que surgem desde o seio do povo e das comunidades, mas que são descaradamente hostilizados por grupos narcotraficantes, as forças repressivas do México como o Exército, a Armada do México e a Polícia Federal. Diferente disso, os destacamentos armados surgidos desde os grupos criminosos são protegidos e financiados por grandes fazendeiros, empresários e, sobretudo, por monopólios nacionais e estrangeiros. Como afirma a inteligência militar em recentes declarações, as autodefesas poderiam converter-se em focos subversivos.

O PCM chegou a cancelar assembleias no mês de Agosto por não existirem condições de segurança para os seus quadros, militantes e simpatizantes. No entanto, não deixarão de desenvolver nenhum trabalho político e organizativo no estado de Guerrero, nem em nenhum outro local do país apesar do golpe perpetuado pelos monopólios. Estão conscientes de que o único caminho para alcançar a justiça para os povos é derrotar o “Pacto pelo México” e o poder dos monopólios, ou seja, instaurar o poder operário e popular.

O governo social democrata do PRD busca cooptar todo o movimento popular, campesino e indígena da entidade. A LARSEZ (Liga Agrária Revolucionária do Sul), mesmo após o assassinato desses três importantes dirigentes, manterá seu caráter independente do Estado e da ideologia burguesa, seu compromisso com o povo.

O PCM diz que a resposta à repressão do Estado Mexicano será redobrar os esforços organizativos, criar organização e cada vez mais organização. O soergimento operário e o trabalho operário são imprescindíveis para golpear o sistema capitalista efetivamente, na produção e na extração de mais-valia. Desta maneira poderá se romper a coluna vertebral do Estado burguês, seu exército, sua polícia e seus bandos paramilitares e derrotar a guerra que mantém contra as comunidades indígenas e os camponeses pobres. ➤



Reconstrução do movimento comunista e Aliança Popular anti-imperialista e antimonopolista

Entrevista exclusiva com o Partido Comunista da Grécia (KKE), realizada às vésperas do seu 19º Congresso



1. VOZ OPERÁRIA (VO) - Qual foi a postura do KKE diante do fim da URSS (União Soviética)? Houve lutas internas no Partido?

PARTIDO COMUNISTA DA GRÉCIA (KKE) - Na época da contrarrevolução internacional, em 1989-1991, o KKE não estava preparado para lidar com uma ofensiva do imperialismo e do oportunismo de tal profundidade sem precedentes e tão extensiva. A crise do movimento comunista internacional se expressou também no KKE com o conflito de duas linhas principais. De um lado, a linha que defendia a existência de um partido revolucionário da classe trabalhadora e, do outro, a linha que buscou sua difusão dentro de um partido de "esquerda" mais "amplo", sua transformação em um partido social democrata, tendência esta que no final foi voto vencido e deixou o KKE.

O KKE conseguiu manter-se em pé porque seguiu leal ao marxismo-leninismo, porque tinha raízes profundas na classe trabalhadora, uma grande experiência de duros conflitos de classes que se utilizaram de todas as formas de luta, experiência de luta contra o oportunismo.

O KKE defendeu a contribuição histórica da União Soviética e do socialismo do século XX, os princípios fundamentais e as características do partido comunista, a ideologia do socialismo-comunismo científicos, do marxismo-leninismo, do internacionalismo proletário, do centralismo democrático, as leis do socialismo que estavam na mira da ofensiva anticomunista e oportunista.

2. VO - Quais foram as principais iniciativas do KKE que permitiram após 2 décadas do fim da URSS a construção de um partido revolucionário que hoje é referência para os comunistas de muitos os países?

KKE - Depois de 1991 o KKE empreendeu um grande esforço para elaborar uma estratégia revolucionária contemporânea; para traçar conclusões fundamentadas cientificamente a partir do curso da construção socialista e dos fatores que conduziram à vitória da contrarrevolução. Ele tem estado na vanguarda de todas as lutas dos trabalhadores e do povo. Confrontou o nacionalismo burguês, o chauvinismo e o cosmopolitismo do capital.

Em seu 14º Congresso (1991), o KKE tentou resumir as conclusões básicas da crise. O 15º Congresso (1996) foi um marco histórico. Ele elaborou o novo Programa e Estatutos do Partido e a proposta política para a formação da Frente Democrática Antimonopolista e Anti-imperialista (AADF - em inglês). O programa de 1996 superou a visão dos "estágios" em direção ao socialismo e definiu o caráter da revolução na Grécia como socialista, tendo como critério o que é objetivamente necessário e não a correlação de forças. O 16º Congresso (2000) elaborou mais detalhadamente as diretrizes programáticas e os objetivos da AADF. O 17º Congresso concentrou-se na questão da promoção da estratégia do KKE como uma pré-condição para o fortalecimento multifacetado do partido. Ele referiu-se especificamente à situação do movimento comunista internacional e à

necessidade de formar um polo comunista no movimento comunista internacional.

Em seu 18º Congresso, o KKE concluiu um estudo e discussão internos ao partido de longo prazo e chegou a conclusões cientificamente fundamentadas sobre a construção socialista na União Soviética e nos países de construção socialista em geral bem como sobre aspectos do curso do movimento comunista internacional.

Após o seu 18º Congresso, estudou a história do partido no período 1949-1968 e tirou lições de importância estratégica através de uma conferência nacional. As conclusões do nosso partido da construção do socialismo e do estudo da história e das lutas estão incorporadas no Projeto de Programa do partido que será discutido no 19º Congresso do partido. O Projeto de Programa especifica a política de alianças do partido através da Aliança Popular, que terá um caráter antimonopolista e anticapitalista e, nas condições de uma situação revolucionária, vai se transformar em uma frente revolucionária operária e popular que vai derrubar a ditadura do capital.

Ao mesmo tempo, o KKE deu uma grande ênfase à promoção do internacionalismo proletário. Solidarizou-se com os esforços de reagrupamento dos partidos comunistas nos países ex-socialistas, com a luta contra o anticomunismo.

Os Encontros Internacionais de Partidos Comunistas e Operários começaram em 1999 por iniciativa do KKE, que desempenhou um papel de liderança na cooperação dos partidos que têm posições»



ideológicas convergentes a nível teórico, no âmbito da publicação da "Revista Comunista Internacional". Em geral, consideramos necessária a formação de um "Polo Comunista" pelos PCs que defendem o marxismo-leninismo e a necessidade da revolução socialista.

3. VO - Qual é a avaliação do KKE sobre a atual crise do capital e do cenário dela resultante?

KKE - O KKE ressalta que a crise atual tem todas as características típicas de uma crise cíclica de superprodução e superacumulação de capital, algo que tanto as forças burguesas como oportunistas tentam esconder.

As teses ao 19º Congresso destacam que "a eclosão da crise econômica capitalista generalizada e sincronizada trouxe à tona o caráter historicamente ultrapassado e desumano do sistema capitalista contemporâneo, a possibilidade e a necessidade do socialismo, a necessidade de reagrupamento do movimento comunista internacional, para a emancipação do movimento operário e popular. Ela contribuiu para o agravamento da desigualdade e das contradições interimperialistas, com a mudança da correlação de forças na pirâmide imperialista internacional, para a fluidez das alianças e da ignição de velhos e novos focos de guerra. Qualquer recuperação que tenha ocorrido foi irregular, anêmica, enquanto um novo declínio seguiu na zona do euro e no Japão. O próximo ciclo de crise a nível internacional será ainda mais profundo". Ao mesmo tempo, observa que os perigos de uma guerra imperialista generalizada e do envolvimento direto da Grécia estão aumentando na região.

4. VO - Como se comporta o governo grego diante da crise e da União Europeia (UE)? Quais as expectativas de desdobramentos da crise dentro da Grécia nos próximos anos?

KKE - Todos os governos gregos, especialmente na fase de crise, promovem a estratégia pró-monopólios contemporânea que visa o aumento da taxa de lucro e da competitividade do capital (força de trabalho mais barata, reestruturações reacionárias, privatizações, etc.). Estas são escolhas de importância estratégica para o capital e, por esta razão, elas são promovidas igualmente por forças e governos de centro-direita e centro-esquerda.

A crise vai continuar em 2013, enquanto que um retorno aos níveis de PIB pré-2008 não está prevista para os próximos três anos. Os desenvolvimentos como um todo esboçam duas grandes possibilidades: a escolha de uma nova desvalorização interna com uma nova margem de avaliação da dívida pública e a possibilidade de uma falência descontrolada do Estado, que será combinada com uma saída obrigatória da Zona do Euro. Em ambos os casos o processo de centralização do capital acumulado em um número menor de grupos monopólicos maiores está se intensificando.

Estes desenvolvimentos serão acompanhadas pelo aumento da pobreza em termos relativos e absolutos, bem como pela manutenção da imensa taxa de desemprego, da proletarianização, da pobreza dos proprietários independentes de pequenas empresas em áreas urbanas e rurais. Objetivamente, a dificuldade para a classe burguesa na construção de alianças

sociais sólidas está aumentando enquanto as condições estão sendo criadas para a promoção da construção da aliança social da classe trabalhadora em uma base melhor e com uma orientação melhorada. O desenvolvimento da crise econômica capitalista, com a perspectiva de uma maior deterioração da vida dos trabalhadores e das camadas populares, bem como a possibilidade de uma recuperação anêmica, vai certamente ter um impacto sobre o desenvolvimento da luta de classes na Grécia.

5. VO - Quais as formas de luta que os comunistas desenvolvem na Grécia? Sob quais bandeiras de luta? Como tem sido a aceitação popular?

KKE - Lutas de classes de massa têm ocorrido na Grécia, numerosas greves gerais e setoriais, greves em companhias, dezenas de manifestações, ocupações de edifícios do Estado e outros. Algumas greves prolongadas ocorreram, a mais característica foi a greve de quase 9 meses na "Greek Steelworks" e a dimensão da solidariedade nacional e internacional, tanto moral como material, para com os grevistas. A característica básica é que o KKE e a PAME cumprem um papel de liderança nestas greves.

"A crise vai continuar em 2013, enquanto que um retorno aos níveis de PIB pré-2008 não está prevista para os próximos três anos"

Estas greves estão ocorrendo em uma atmosfera de intenso anticomunismo, intimidação dos patrões, organização de ataques provocativos pelos mecanismos estatais e paraestatais. Esta atividade provocativa resultou, até agora, em quatro mortos e muitos feridos, mas não tem refreado a convicção militante da classe trabalhadora. No entanto, o movimento sindical não se reagrupou essencialmente por setor produtivo, nos principais grupos empresariais e na organização no local de

trabalho, ele não adquiriu características de massa. Ele não se tornou combativo o suficiente para usar a arma da greve de massas e bem preparada para enfrentar o capitalismo, bem como para enfrentar o Estado capitalista.

No período recente foram tomadas medidas na ação conjunta da PAME com as manifestações de militantes entre os agricultores, os trabalhadores independentes, os jovens e as mulheres. Um fruto desse esforço é a formação de centenas de comitês populares, que têm atividade notável.

A promoção do slogan de desobediência e rebeldia do KKE foi muito importante em relação à proibição de greves, da intimidação do Estado e dos patrões, dos impostos de emergência, dos "impostos pagos por cabeça" ("head-taxes"), na intervenção drástica imediata para reconectar energia elétrica para as famílias das camadas populares, pela abolição dos novos impostos pesados na saúde.

6. VO - Tem-se divulgado casos de atentados contra o KKE, seus organismos e militantes nos últimos meses. A que vocês atribuem esses atos? Qual a relação entre a crise e o crescimento dos grupos fascistas na Europa, especialmente o Aurora Dourada na Grécia?

KKE - Uma característica da reforma do sistema político burguês nas condições da crise é a intensificação do anticomunismo de Estado, assim como o desenvolvimento de representação parlamentar de nacional socialismo/fascismo, a agudização do autoritarismo e da repressão estatal e paraestatal.

A Aurora Dourada é uma organização nacional socialista, fascista. Ela é apoiada por células importantes no Estado e para-Estado e seu papel é o de golpear o KKE, quebrando o movimento dos trabalhadores. Ela é favorecida pela elevação do anticomunismo a uma política oficial de Estado na União Europeia, pela criminalização da atividade e das ideias dos comunistas, a deturpação da história, a equiparação anti-histórica do comunismo com o fascismo e de Stalin com Hitler, que está sendo





sistematicamente promovida a nível europeu.

7. VO - O KKE tem falado na necessidade de construção do bloco de forças políticas e sociais anti-imperialistas (que, por sua vez, possui caráter anticapitalista) e antimonopolistas, com o qual temos acordo. Qual é a origem desta formulação? Qual o campo de alianças de classes, frações de classe e organizações políticas que o KKE tem buscado aproximar para a constituição desse bloco?

KKE - O KKE luta pela união de forças antimonopolistas e anticapitalistas na direção da luta pelo poder popular da classe trabalhadora.

Isso se expressa pela Aliança Popular proposta pelo novo programa do KKE que será discutido no seu 19º Congresso, a aliança das seções mais politizadas do movimento trabalhista e sindical e

“A Aliança Popular atua e é expressada nas fileiras do movimento popular, tem uma orientação antimonopolista e anti-imperialista”

seus aliados que expressam a aliança social da classe trabalhadora com os semiproletários, os trabalhadores independentes pobres urbanos e agricultores, os estratos e classes sociais que têm interesse em lutar contra os monopólios, a propriedade capitalista e as uniões imperialistas (por exemplo, UE, OTAN).

A Aliança Popular atua e é expressada nas fileiras do movimento popular, tem uma orientação antimonopolista e anti-imperialista, promove a ruptura com as uniões

imperialistas, luta contra a guerra imperialista e a participação nela. O curso da luta política inclui a possibilidade de emergência de forças políticas que expressam posições de camadas pequeno-

“A Aliança Popular, nas condições de uma situação revolucionária, será a primeira forma para a criação da frente revolucionária dos trabalhadores que lutará pela derrubada do poder do capital”

burguesas, que concordam de uma forma ou de outra com o caráter antimonopolista e anti-imperialista da luta político-social, com a necessidade de seu direcionamento para a economia e poder popular da classe trabalhadora. O KKE, mantendo sua independência, buscará a ação conjunta com estas forças no apoio à Aliança Popular. A cooperação está se expressando com a atividade conjunta de seus membros e apoiadores nas fileiras das organizações de massa que formam a aliança ou em seus órgãos através de seus membros eleitos. Esta cooperação não é formada num órgão unificado da Aliança composto de partes constituintes, com uma forma organizacional estruturada e estruturas.

A Aliança Popular, nas condições de uma situação revolucionária, será a primeira forma para a criação da frente revolucionária dos trabalhadores que lutará pela derrubada do poder do capital.

8. VO - Quais as iniciativas do KKE no âmbito internacional?

KKE - O movimento

comunista internacional permanece organizativa e ideologicamente fragmentado. Ele está experimentando uma situação de crise político-ideológica de longo prazo que coexiste com a atividade corrosiva da forte tendência oportunista e a debilidade dos Partidos Comunistas que lutam sobre a base do Marxismo-Leninismo. Nas condições da crise, das novas exigências ao movimento comunista, sinais relativos a um novo recuo no tratamento dos problemas relevantes de um ponto de vista de classe estão surgindo.

Por esta razão, o KKE, sem abrir mão das formas existentes de cooperação e coordenação dos Partidos Comunistas, está orientado para o esforço de formar um polo comunista entre os partidos comunistas que defendem o marxismo-leninismo, a existência da construção socialista e a sua

“o KKE (...) está orientado para o esforço de formar um polo comunista entre os partidos comunistas que defendem o marxismo-leninismo, a existência da construção socialista e a sua contribuição, a necessidade da luta pela derrubada do capitalismo e a construção do socialismo”

contribuição, a necessidade da luta pela derrubada do capitalismo e a construção do socialismo.

Ao mesmo tempo, toma iniciativas concretas para promover a ação conjunta e coordenação dos PCs em nível regional. Por exemplo, em 26/1/2012 foi palco do encontro dos Balcãs de PCs, enquanto que em 1-2 de outubro 2012 ele organizou uma reunião de

PCs europeus.

O KKE considera como seu dever e obrigação o desenvolvimento da luta política e ideológica, também a nível internacional, contra as forças oportunistas (“redes” de partidos de esquerda europeus), as forças da socialdemocracia, as forças trotskistas, que exercem um impacto ideológico e político sobre o movimento comunista internacional.

9. VO - Algo mais que desejam salientar?

KKE - A história recente tanto da Grécia como do Brasil demonstra que o capitalismo é igualmente perigoso e desumano para os povos, tanto em sua fase de desenvolvimento como em sua fase de crise. Que a classe trabalhadora e as camadas populares pobres não devem encontrar-se “sob a falsa bandeira” de sua classe burguesa para a sua própria valorização nos

mercados. Há uma saída e ela deve ser encontrada no caminho da organização da classe trabalhadora, da luta por seus direitos, da aliança social no confronto com os monopólios e seu poder. Os trabalhadores do Brasil sempre podem contar com a solidariedade internacionalista do KKE nesta luta, na luta por seus direitos e pela abolição da exploração. ➤

